

M
338.456624
0957

MIRIAM MORAES CRUZ

“O Plano Real e a Indústria de Construção Civil. As transformações no
emprego e na indústria observadas na RMS”.

Salvador
2001



MIRIAM MORAES CRUZ

“O Plano Real e a Indústria de Construção Civil. As transformações no emprego e na indústria observadas na RMS”.

A Monografia apresentada no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Filgueiras

Salvador
2001

Dedico esse trabalho especialmente à
minha família, que muito me ajudou, e a
todos os colegas que contribuíram para a
realização deste trabalho.

RESUMO

O trabalho a ser apresentado tem o objetivo de mostrar a importância da Indústria de Construção Civil na economia, suas principais características e a sua dependência em relação às políticas adotadas pelo governo, e como esta vem sendo afetada pelos problemas de falta de investimentos em todos os setores, a partir da implantação do Plano Real. Este plano de estabilização econômica, teve como principal objetivo o combate à inflação, com a adoção de medidas como o ajuste fiscal, a desindexação da economia e a implantação de uma nova moeda, o Real, sem os resíduos da inflação passada. Por fim, será tratada a questão dos reflexos no aumento do desemprego no setor da construção civil foi muito significativo por empregar uma quantidade muito grande de mão-de-obra e não utilizar processos tecnológicos avançados. Na RMS, como em outras regiões metropolitanas, o crescimento das taxas de desemprego está relacionado com a falta de novos investimentos, devido as altas taxas de juros e a abertura comercial, que prejudicou muitas empresas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	8
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO SETOR	14
2.2	MÃO-DE-OBRA	18
2.3	NOVAS TECNOLOGIAS	22
2.4	A CONSTRUÇÃO CIVIL NA RMS	26
3	O PLANO REAL	29
3.1	AS TRÊS FASES DO PLANO REAL	31
3.2	AS PRIVATIZAÇÕES.....	34
3.3	POLÍTICAS ADOTADAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA.....	36
3.3	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO REAL	43
4	OS IMPACTOS NO NÍVEL DE EMPREGO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL	46
4.1	MUDANÇAS NO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO	49
4.2	O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NA RMS	51
4.3	A CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO	56
5	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1 INTRODUÇÃO

As profundas modificações na economia, nos últimos dez anos, com os sucessivos planos de estabilização e seus reflexos na atividade econômica, em especial o Plano Real, aliado ao processo de globalização, foram responsáveis por diversos problemas enfrentados pela sociedade hoje. A proposta deste trabalho é demonstrar como as políticas adotadas pelo plano de estabilização econômica - o Plano Real - influenciou no desempenho da indústria de Construção Civil, especialmente na retração de seus investimentos, na diversificação dos produtos oferecidos para superar a crise do setor, na qualidade dos seus serviços e na dispensa de funcionários. Como as decisões políticas do governo (redução das taxas de juros e incentivo a novos investimentos) poderiam melhorar a situação dessas indústrias e, ao mesmo tempo, oferecer condições para serem criados novos postos de trabalho, minimizando o problema do desemprego nas principais cidades e na região metropolitana de Salvador, que possui o maior índice de desemprego do país.

No primeiro capítulo, é abordada a importância da Indústria de Construção Civil na economia e na sociedade, atividade que, utilizando técnicas consideradas ultrapassadas em relação a outras atividades produtivas, ainda é uma das que mais emprega mão-de-obra na economia. A caracterização de seus produtos e serviços e, a tendência, como em outras atividades industriais, à concentração em grandes empresas no mercado. A maioria da mão-de-obra utilizada de baixa escolaridade e especialização, e a minoria de profissionais qualificados, embora não o suficiente para as exigências do mercado competitivo, que estão trabalhando no setor. Além disso, evidencia-se também a situação das empresas situadas na RMS, tomando como base as informações do SINDUSCON-BA e do CREA, e a atual situação dos trabalhadores com a diminuição dos investimentos das empresas depois da implantação do Plano Real, já que essa indústria está estritamente relacionada com o desempenho e o crescimento da economia, com os investimentos relacionados fortemente com as políticas do Estado.

No segundo capítulo, é feita uma síntese sobre os principais aspectos do Plano Real. O contexto político e econômico favoráveis para a sua implantação e as principais políticas adotadas e seus reflexos na economia. As conseqüências negativas causadas pela abertura comercial na indústria, os problemas causados pela manutenção das altas taxas de juros no equilíbrio do Balanço de Pagamentos, na queda das exportações e no aumento significativo do endividamento do Estado. Ainda nesse segundo capítulo, demonstra-se como essa taxa de juros altos, para atrair capitais externos e manter o nível das reservas internacionais, e seus reflexos nos investimentos e na indústria nacional, bem como os impactos nas taxas de desemprego, na diminuição do poder aquisitivo da população e no agravamento dos problemas sociais. Por fim, é feita uma avaliação dos resultados da implantação do Plano Real na economia, em particular como as políticas implantadas alteraram o panorama político e econômico, e se essas mudanças foram benéficas para o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira.

Finalmente, no terceiro capítulo, são abordados os impactos no nível de ocupação na indústria de Construção Civil, depois da implantação do Plano Real, as medidas que estão sendo utilizadas como alternativa para a redução dos custos das empresas, comprometendo, muitas vezes, a qualidade dos serviços prestados. A concentração no setor e seus impactos nas mudanças no perfil do mercado de trabalho, nas novas técnicas de produção e numa maior especialização, em contraste com a falta de investimentos em capacitação profissional, também são tratados. É mostrado também o nível de qualificação profissional dos trabalhadores da RMS, a sua escolaridade e o quanto tem sido realizado de investimentos por parte das empresas em equipamentos de segurança e a sua importância para a prevenção dos acidentes de trabalho e do aprendizado de novas técnicas para permanecer no mercado de trabalho. Por último, a perspectiva do surgimento de novos postos de trabalho, principalmente com a instalação da Ford em Camaçari, a construção do sistema metroviário de Salvador, a retomada do complexo de Sauípe no Litoral Norte e a perspectiva para a recuperação do segmento imobiliário.

Para finalizar o trabalho, é feito um balanço das principais questões levantadas nos capítulos anteriormente mencionados, sobre a importância da construção civil e a sua dependência em relação à economia, especialmente depois do PlanoReal, se elas foram importantes e esclarecedoras para o entendimento deste trabalho, se conseguiram atender aos propósitos a que ele foi destinado, e que possa ter alguma utilidade para quem tiver interesse pelo tema abordado.

2 A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

A Construção Civil é considerada sempre como uma atividade industrial, embora exista uma diferenciação entre construção convencional e industrial, quando se trata de aspectos referentes a diferentes tecnologias utilizadas por essas duas formas. A industrialização da construção é frequentemente confundida com a racionalização, mecanização de métodos construtivos e pré-fabricação, que fazem parte da industrialização, mas que não representam todo o seu conceito. A industrialização, por trabalhar com sistemas abertos de produção (com a utilização de fábricas diversas), engloba todos esses fatores acima relacionados, assim como o destino das peças pré-fabricadas e do seu produto final, que é muito importante para a qualidade do serviço a ser executado. Para a industrialização da construção, são necessários três requisitos essenciais:

- Coordenação dimensional. Cuida da inter-relação de áreas e comprimentos, com base em técnicas de estética de funcionabilidade e de métodos construtivos, para simplificar o trabalho de construção.
- Estandarização e normatização. Busca a padronização das dimensões, que devem obedecer a rigorosos estudos de funcionabilidade.
- Pré-fabricação. Definidas as dimensões, a produção industrial de elementos pré-fabricados pode ser iniciada na fábrica, ou, quando necessário, na própria obra.
-

Essa indústria não trabalha, necessariamente, com a produção em série, como na indústria em geral, em que o produto acabado aparece sob a forma repetitiva, pelo fato de cada obra ser executada em locais diferentes e com atividades e problemas específicos.

Na Indústria da Construção Civil, a empresa construtora, ou o responsável pela execução da obra, se relaciona constantemente com outras empresas do mesmo setor, com órgãos governamentais e com a sociedade. O representante técnico do contratante é sempre um engenheiro, um arquiteto ou pode ser também uma empresa de confiança que defenda os interesses de ordem técnica e administrativa correspondentes ao empreendimento para o qual foi contratada.

Para que uma obra possa ser executada, depois do planejamento, projeto e orçamento prontos, é preciso que se obedeça alguns procedimentos básicos, como a contratação de mão-de-obra especializada (que freqüentemente não é encontrada) e o contato com as empresas fornecedoras para a compra de materiais necessários, a preços competitivos, para viabilizar a execução da obra. Cada obra pode ser considerada como uma fábrica, que mesmo sendo provisória, segue procedimentos básicos de produção para que sejam oferecidas as condições necessárias, de forma que a fabricação transcorra em um ambiente de segurança, qualidade, produtividade e economia.

Embora com todo o desenvolvimento tecnológico e científico verificado nos últimos anos, em diversos processos produtivos, a Indústria da Construção Civil ainda utiliza processos que são considerados rudimentares, se comparados com outras atividades, que não são compatíveis com as necessidades e novas exigências do mercado, principalmente com as condições sócio-econômicas atuais e com o aperfeiçoamento constante dos novos processos produtivos. A lucratividade excessiva verificada no passado, favoreceu o aparecimento de empresários que, preocupados somente com o retorno rápido dos investimentos iniciais, relegaram a segundo plano o planejamento de construção.

Ao Governo Municipal cabe a tarefa de fornecer o Código de Obras da cidade, que tem por objetivo definir os parâmetros necessários para execução de projetos e de obras que obedeçam a certas normas contidas nesse código. Para seguir os requisitos legais determinados, as empresas construtoras devem cumprir as normas determinadas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, no que diz respeito à responsabilidade técnica e também com relação às normas determinadas pelo Ministério do Trabalho referentes ao horário de trabalho, sobre higiene e segurança, assim como respeitar as determinações dos sindicatos de patrões e empregados.

O proprietário da obra de construção civil particular é obrigado, por lei, a fazer matrícula no INSS até 30 dias, prazo a ser contado a partir do início da construção (exceto em construção familiar menor que 70 m²). Se for feita a regularização no início da obra, a contribuição do proprietário deverá ser de 20% sobre a folha dos empregados da obra, com o acréscimo de

mais 3% para o seguro de acidente do trabalho. Dos empregados, deverão ser recolhidos 8,9 e 11%, a depender dos seus vencimentos e para os terceiros (Sesi, Senai, Sebrae) a contribuição fica em torno de 5,5%. Para a obra que não foi regularizada no devido tempo, ou seja, depois da obra concluída, será aplicado um percentual diferenciado para a contribuição, de acordo com o padrão da propriedade: até 100 m² é considerado baixo, 100 m² a 250 m² é normal e acima disso é considerado alto. Nessa circunstância, o trabalhador é prejudicado, pois o seu tempo de serviço não será contado para a aposentadoria.

A Indústria de Construção Civil é um dos principais segmentos industriais da economia brasileira. No período de 1990 a 1995 (dados disponíveis somente até esse ano), houve um crescimento de 24% na contribuição dessa indústria para o PIB industrial, embora a sua participação no PIB nacional tenha permanecido estável (dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil, 1996 p.7-85). Essa indústria gera um efeito multiplicador de cerca de 60% de sua produção para os outros setores da economia, em especial o da indústria de transformação. O coeficiente médio dos efeitos diretos e indiretos na economia é da ordem de 2,12%, e esses dados são da matriz inter-setorial do IBGE de 1980, mas que se mantêm atuais. Na Bahia, a participação da construção civil no PIB estadual, entre 1990 e 1996, foi de cerca de 2,4% (quadro1).

QUADRO 1- Participação da Indústria de Construção no PIB- Bahia

Anos	%
1990	2,4
1991	2,3
1992	2,3
1993	2,4
1994	2,4
1995	2,4
1996	2,4

Fonte: Bahia Análise & dados (1997, p.125)

A importância dessa indústria ainda é maior se for levada em conta a geração de empregos, pois, de acordo com dados do IBGE, cerca de 25% dos empregos relativos à indústria, em 1996, foram criados pela construção civil. Apesar da redução do nível de emprego ano após ano, não só na indústria de construção civil, mas também na indústria em geral, a sua participação em relação a outros setores industriais ainda é muito significativa, principalmente pelo fato de ser um setor, no qual, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos, ainda é necessária a utilização intensiva de mão-de-obra.

A performance desse setor está diretamente relacionada às decisões do governo em suas políticas econômicas, assim como está intimamente correlacionada com a taxa de juros, os impostos e os encargos sociais. A redução da taxa de juros provocaria uma retomada de investimentos no setor, principalmente o segmento imobiliário, pois as altas taxas de juros inviabilizam os financiamentos bancários para os compradores e construtores. O segmento imobiliário é bastante sensível às variações das taxas de juros e também com relação à política fiscal. Por isso, o ano de 1999 (que teve seu início confuso com a mudança no câmbio), teve uma redução no número de lançamentos previstos, que estava abaixo das expectativas dos empresários do setor.

O perfil do segmento imobiliário atual é marcado pela ineficiência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que é alimentado pela caderneta de poupança e pelo FGTS, duas fontes que são diretamente afetadas pelas constantes crises econômicas e estão com insuficiência cada vez maior, o que levou algumas construtoras a desempenharem a função anteriormente exercida apenas por bancos: o financiamento aos compradores pelas próprias empresas. [O SFH foi criado pelo Governo Federal, pela Lei 4380/64, com o propósito de tornar possível a compra da casa própria pela população de baixa renda. O objetivo de ajudar a camada menos favorecida da população era louvável, mas as sucessivas crises econômicas e a incapacidade de retorno dos investimentos aos cofres públicos, atingiram os contratos e todo o Sistema Financeiro da Habitação, que não está cumprindo o objetivo social a que foi destinado].

A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, em geral, e do SFH em particular, fez essa indústria mergulhar em uma séria e profunda crise, em razão dela depender preponderantemente de financiamentos públicos em sub-segmentos chaves (terra e pavimentação, saneamento e edificações em geral). Ao longo do período dessa crise, a indústria encolheu, seja em termos de número de empresas ou de empregos gerados. Recentemente, foi criado para incentivar esse mercado, o Sistema Financeiro Imobiliário, com os bancos promovendo a viabilização de obras através da securitização de títulos (cédulas hipotecárias). No entanto, esse mecanismo de crédito, não teve êxito imediato, pois a sua demanda foi impulsionada somente quando a taxa de juros nominal caiu para níveis inferiores a 12% ao ano.

Na Bahia, somente na década de vinte, começaram a surgir empresas fortes na área de engenharia, segundo afirma o presidente do SINDUSCON, Paulo Dacach, que diz ainda que uma empresa permanecer mais de 20 anos no mercado é muito difícil, devido a instabilidade. Há cerca de 50 anos, surgiu a Odebrecht, uma das poucas que conseguiu se manter no mercado até hoje, para competir com as grandes empresas nacionais que atuavam na Bahia nessa época.

As empresas baianas, segundo a Análise das Grandes Empresas, feito pelo IMIC (Instituto Miguel Calmon) e SINDUSCON (Sindicato da Indústria de Construção Civil), p.25 abr/83, conseguiram conquistar espaços significativos no cenário nacional, devido a uma desconcentração do eixo Rio- São Paulo, na década de oitenta. Em contra partida foi verificada uma tendência a oligopolização na Bahia, permitindo a concorrência com as empresas nacionais. No Balanço Anual da Gazeta Mercantil (1997), a empresa baiana OAS aparece em 35º lugar entre as 100 maiores empresas nacionais; no Nordeste, ela ocupa o 5º lugar. A crise que atingiu as empresas brasileiras e também as empresas baianas, que optaram por mudanças: novas estratégias de reestruturação, como a utilização de programas de melhoria da produtividade e da qualidade e também o aumento da eficácia gerencial na administração do processo produtivo, que proporcionaram alterações na estrutura de mercado na economia baiana, embora essas medidas ainda não representem a solução para os problemas enfrentados por esse setor.

Os dados do SINDUSCON-BA, publicados no jornal Criativo Edição Especial maio/2000, indicam que existem hoje, no Estado da Bahia, cerca de 1200 empresas organizadas e registradas no setor da construção civil, sendo que apenas 10% destas empresas são filiadas ao Sinduscon e mais ou menos uma centena sem registro no Crea Bahia. Nos últimos 2 anos, a concorrência acirrada e o mercado pequeno contribuíram para que muitas empresas atravessassem momentos difíceis e, no limite, encerrassem suas atividades .



2.1 CARATERIZAÇÃO DO SETOR

A utilização dos insumos na construção civil possui duas características importantes: a primeira diz respeito ao fato de ser uma atividade tipicamente nacional e privada, com pouca necessidade de importação de produtos, se comparado a outros setores da economia; não influenciando muito, portanto, a balança comercial. A segunda característica se refere ao fato de ser uma atividade descentralizada, com a disponibilidade de compra de materiais e de contato com fornecedores, locais e regionais, em suas etapas básicas de execução. Vale ressaltar que não é uma atividade naturalmente poluidora e que seu produto geralmente colabora para a melhoria do bem-estar das comunidades, construindo espaços físicos destinados à prestação de serviços sociais.

O principal produto da indústria de construção civil é a realização de obras de infra-estrutura básica, saneamento, urbanização, pavimentação, construção de moradias (segmento imobiliário), de rodovias, pontes e viadutos. Os principais ramos desse setor são: vias de transporte, edificações e obras e serviços especiais. No segmento de saneamento básico, o Estado é o principal demandante, pois exige uma escala de investimentos muito alta e o montante de recursos exigidos e o retorno financeiro não constitui atrativos para as empresas privadas (por serem investimentos de longo prazo) prestarem esse tipo de serviço, a menos que sejam contratadas empresas terceirizadas pelo Estado, privadas, para a execução desses serviços.

A construção e a manutenção das rodovias, também patrocinadas pelo Estado, constitui um segmento muito importante para a construção civil, pois essas estradas são responsáveis pelo escoamento da produção, essencial para a economia de qualquer estado ou país, o que torna necessário que estejam em boas condições de uso. Uma alternativa encontrada pelo governo para ampliar e modernizar as estradas brasileiras foi a privatização, que dá o direito às concessionárias (grupos de grandes construtoras) para a exploração das rodovias através da cobrança de pedágios por um prazo médio de 20 anos, cujo preço é fixado pelo governo, mas

com a obrigação de realizar melhorias na pavimentação, conservação, iluminação, sinalização e a duplicação em alguns trechos.

As rodovias que estão sendo privatizadas, vale ressaltar, são aquelas consideradas de maior importância e de maior fluxo, que servem para o escoamento da produção e também para o acesso entre as grandes cidades, nas quais existe um fluxo de veículos muito intenso, deixando para o governo a responsabilidade da manutenção e da recuperação das estradas vicinais e secundárias, que possuem pouco movimento e pouca importância estratégica. Essa privatização é feita através de um processo de licitação entre empresas (concessionárias) que participam da concorrência.

Na construção de rodovias, hidroelétricas e barragens, as empresas privadas brasileiras conseguiram obter um ótimo nível de qualificação profissional e um alto grau de especialização, chegando até a exportar esse tipo de serviço. As empresas brasileiras estão construindo barragens em outros países, como a China, onde será construída a maior barragem do mundo.

A construção de moradias é o segmento da construção civil responsável pelo maior número de mão-de-obra utilizada, e é de grande importância para o bem-estar da população. A demanda por moradia cresce proporcionalmente com o aumento dos centros urbanos. O Estado também deveria ter uma participação muito expressiva nesse setor, principalmente com a realização de projetos populares, já que existe um déficit habitacional muito grande, para as camadas de baixa renda. Com a política econômica vigente, principalmente no atual Plano Real, em razão de juros altos e valorização da moeda nacional, não existe um incentivo ao investimento, que necessita de grande montante de capital, e sim uma atração para a aplicação de recursos no mercado financeiro. Essa política de juros altos fez com que a dívida pública crescesse muito e o governo não tivesse recursos para aplicar nesse tipo de investimento.

As empresas privadas não se interessam em construir moradias populares e sim empreendimentos de alto luxo (muitos deles financiados com recursos do FGTS, que deveria ser utilizado para financiar residências populares), como centros médicos e empresariais e

shopping centers, que já têm demanda prévia garantida, são baseados em previsões feitas por estudos de mercado e promovidos através de grande marketing, possibilitando lucros bastante significativos.

O número cada vez maior de construção de novos shoppings, inclusive em cidades do interior (levando em conta, para a sua construção, a densidade demográfica e um estudo da localização), revela que esse segmento em particular está tendo um ótimo desempenho, devido em grande parte à expansão desse tipo de empreendimento após o Plano Real, principalmente com o crescimento do setor de serviços (comércio e lazer), impulsionado pela redução do número de empregos formais oferecidos na indústria, bastante prejudicada pela concorrência predatória de produtos importados. Os proprietários desses empreendimentos acreditam que os motivos principais de tanto sucesso para esses estabelecimentos são a comodidade, o conforto e a segurança do consumidor.

Dos projetos dos shopping centers, surgiram algumas modificações e aperfeiçoamentos, que deram origem aos shoppings temáticos, de grande aceitação no mercado, principalmente na região nordeste (com temperaturas elevadas), voltados exclusivamente para o lazer e entretenimento. Na construção de megaparques temáticos e aquáticos, mercado bastante aquecido com o incremento do turismo, são necessários investimentos elevados. Muitos são obtidos através de fundos de investimentos imobiliários e de securitização por meio de debêntures imobiliárias. O retorno para esse tipo de investimento é considerado muito atrativo, a menos que o empreendimento não tenha o sucesso planejado, como os parques aquáticos de Salvador.

Em algumas obras públicas, o governo contrata empresas privadas, através de processos de licitação. O problema é que, em alguns casos, por causa da concorrência muito acirrada, os preços vencedores da licitação, que foram fixados muito baixos para vencer a concorrência, não correspondem aos preços necessários para poder cobrir os verdadeiros custos da obra, fazendo com que as empresas abandonem o serviço antes do seu término, ou prestem um serviço de péssima qualidade, que em pouco tempo precisa ser refeito.

Outro problema freqüente é o não pagamento em dia dos contratos, por parte do governo, provocando um endividamento da empresa contratada e, muitas vezes, a não conclusão da obra ou uma péssima qualidade do serviço prestado. É por isso que um grande número de empresas contratadas para a execução de obras públicas se encontram em dificuldades financeiras e utilizando materiais de baixa qualidade e durabilidade.

2.2 MÃO-DE-OBRA

É caracterizada pelo baixo grau de especialização e de escolaridade, segundo dados do SINTRACON-BA, cerca de 80% dos trabalhadores da construção civil são oriundos do interior (êxodo rural) e, portanto, desconhecem totalmente as normas técnicas e, aliado a esse fator, tem-se a falta de treinamento específico por parte das empresas sobre as técnicas e equipamentos de segurança obrigatórios, bem com a falta desses equipamentos (ou de manutenção destes) em muitas empresas. Todos esses fatores são responsáveis pelo número elevado de acidentes de trabalho nos canteiros de obra. Em setores como o de Saneamento e Edificações em geral, é encontrado o número mais expressivo de trabalhadores analfabetos que contribuem para o agravamento desse quadro. Essa situação tão grave serviu para incentivar o Senai-Ba a promover cursos de educação a distância, para melhorar o nível de qualificação profissional e educacional e tentar reduzir esse altos índices de acidentes de trabalho na construção civil.

Por ser uma mão-de-obra abundante, com grande rotatividade e muita oferta, além de não exigir nenhuma qualificação profissional (qualquer pessoa pode começar como ajudante e aprender o ofício com exceção dos engenheiros e arquitetos), ela é bastante afetada quando há períodos de crise, pois existem condições para que haja demissões em massa, com o pretexto da redução da atividade da empresa. A característica sazonal do trabalho nesse setor colabora para a existência de flutuações constantes nos números de demissão e admissão, a depender da existência ou não de novos empreendimentos por parte das empresas, assim como também influencia na baixa remuneração salarial, pois a quantidade de mão-de-obra disponível para o trabalho é grande quando termina uma obra e todos os trabalhadores são dispensados, inchando o mercado, ficando ociosos a espera de novas oportunidades de trabalho. A participação feminina nesse tipo de trabalho ainda é muito pequena. As mulheres estão chegando aos poucos nesse mercado de trabalho, desempenhando algumas funções como ajuntadoras de azulejos ou auxiliares de serviços gerais.

O tipo de contrato de trabalho mais utilizado é o chamado “contrato por obra certa”, que diminui os custos da mão-de-obra para as empresas, já que esse contrato não cria um vínculo empregatício, elas não precisam manter um quadro de funcionários fixos nem pagar aviso prévio, com exceção dos cargos de diretoria, reduzindo os custos com encargos trabalhistas e só contratando empregados quando existir um empreendimento a ser feito. Por outro lado, esse tipo de contrato favorece as empresas à medida que fragilizam o poder de pressão salarial dos trabalhadores e reduz a força dos sindicatos, já que cria um “exército industrial de reserva”, em que a oferta da mão-de-obra é muito grande e a quantidade de vagas é insuficiente para atender a todos que procuram trabalho. O resultado desse quadro desanimador é um trabalhador cada vez mais desqualificado, com salários baixos e sem condições de reivindicar melhoria de condições de trabalho.

Esses trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação profissional e de escolaridade muito baixa, não dispõem de condições necessárias para conseguir outro tipo de trabalho, pois não estão habilitados (por não serem treinados), a aprenderem novos métodos e conceitos mais atualizados do mercado de trabalho (uma vez que a construção civil ainda utiliza processos de trabalho pouco desenvolvidos em relação aos processos tecnológicos desenvolvidos de outras indústrias), para poderem enfrentar mercados cada vez mais exigentes e competitivos, cuja formação profissional e especialização representam cada vez mais o diferencial na hora de conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Nas grandes empresas de construção civil existe, hoje, uma tendência ao treinamento e capacitação dos operários visando adaptá-los a novos processos produtivos, para que se reduzam custos, já que o desperdício nos canteiros de obras é muito significativo e a mão-de-obra representa uma grande parcela da composição de custos da empresa. O investimento em ensino e treinamento, para melhorar o desempenho e a capacitação profissional, minimizaria os problemas de eficiência produtiva, que atrapalham a introdução de novos processos tecnológicos e de novas formas de trabalho, compatíveis com um mercado cada vez mais competitivo e exigente.

A figura do Mestre de Obras, tão tradicional (que começava como pedreiro e com o passar do tempo ia adquirindo conhecimento e experiência nos vários estágios até chegar a mestre), na maioria das vezes, possui apenas o primeiro grau e não tem condições de fazer um controle rígido de qualidade. Por esse motivo há uma tendência (com o passar do tempo) desse mestre a desaparecer do mercado de trabalho, dando lugar ao encarregado de setor, com melhor formação profissional e escolaridade e com a preocupação de fiscalizar e em condições de exigir, por ter tido um treinamento especializado, uma melhor qualidade, eficiência, e menor desperdício na execução do serviço. Mas a maioria das empresas ainda reluta em adotar tais mudanças, continuam atrasadas nas suas práticas técnico-operacionais, argumentando que nos momentos de crise essa mão-de-obra mais qualificada não seria aproveitada, o que elas consideram que seria um desperdício de recursos investidos na qualificação de pessoal, podendo esses recursos serem aplicados para outros fins.

A formação dos profissionais de engenharia que saem das escolas não está adequada com a realidade do mercado de trabalho competitivo que vão enfrentar. As universidades não preparam profissionais com perfil gerencial, tendência verificada nos mercados atuais, apesar da quantidade de informações disponíveis, principalmente através da internet, que viabiliza a troca de experiências ou a procura de soluções para problemas já enfrentados por outros profissionais. Os engenheiros devem se registrar no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), órgão que fiscaliza a atuação desses profissionais em defesa dos interesses e da segurança da população. Somente o engenheiro está habilitado a executar obras e serviços de engenharia. Para essa execução, é necessária a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), só permitida a engenheiros. Surge daí a necessidade de um órgão fiscalizador - o CREA- para assegurar que o interesse e a segurança da sociedade esteja acima do interesse do profissional de engenharia. Nesse órgão também são registrados os técnicos de nível médio, cuja situação é mais delicada, pois não está devidamente regularizada e definida e existem pessoas que não são registradas no órgão e trabalham livremente, sem uma fiscalização.

É importante ressaltar que, na área de Engenharia, a escolaridade da mão-de-obra gerencial é bastante diferenciada, tendo o maior número de profissionais de nível superior. Também é significativo esse número nas áreas administrativa e financeira, embora nesta última ainda seja expressivo o número de trabalhadores com formação secundária nas empresas de construção civil.

2.3 NOVAS TECNOLOGIAS

Por absorver grande quantidade de mão-de-obra, essa indústria não depende de grandes avanços tecnológicos para o seu funcionamento, o trabalho ainda é feito sob medida, de forma artesanal, mas é evidente que o desenvolvimento de novas tecnologias e a implantação de técnicas inovadoras trará benefícios incontestáveis para a qualidade e rentabilidade de seus serviços. Apesar do relativo atraso em que se encontra, alguns sistemas construtivos eficientes (que podem resultar em processos construtivos racionais), estão sendo desenvolvidos por profissionais da área de engenharia civil, para serem econômicos e produtivos, com o propósito de reduzir custos e melhorar a qualidade. O objetivo maior é conseguir ganhos de produtividade e, como consequência, a redução de custos, através da adoção de algumas medidas, entre as quais se destacam: a gestão diferenciada da mão-de-obra, eliminação de desperdícios e otimização do material utilizado na obra.

O desenvolvimento de novos materiais de construção, a exemplo do isopor que é bastante leve, garante o isolamento térmico e acústico, o uso de fibras e de materiais sintéticos, que melhoram o desempenho, facilitam a instalação, ocupam menos espaço e apresentam maior durabilidade, representando uma redução significativa nos custos da empresa assim como a utilização cada vez mais intensiva de recursos de informática para cálculos estruturais e projetos arquitetônicos.

O mercado competitivo e exigente, atualmente, não aceita mais produtos e serviços de baixa qualidade. As empresas que não tiverem o certificado ISO 9000 e o Sistema de Gestão pela Qualidade Total, segundo os empresários do setor, em pouco tempo serão repelidas pelo próprio mercado. O setor público, na intenção de modernizar e aumentar a competitividade do setor, criou o PBQP-H- Programa Brasileiro da Qualidade de Habitação- de responsabilidade da Secretaria de Política Urbana (Ministério do Planejamento), tendo como órgãos executores o ITQC e o IPT. O próprio mercado exige que as empresas invistam na melhor qualificação e educação de seus trabalhadores, como acontece em algumas empresas que, após o expediente,

o local de trabalho se transforma em sala de aula, para melhorar o desempenho de seus trabalhadores e para que a qualidade de seu serviço seja diferenciada e produtiva e que serve de estímulo para o próprio trabalhador. As empresas do setor reivindicam um espaço maior para a construção civil em entidades como o SENAI e o Sebrae, para promover novos cursos que proporcionem cada vez mais a formação e capacitação da mão-de-obra.

De acordo com COSTA (2000), algumas construtoras, sentindo a necessidade de organizar seus canteiros de obra antes de iniciarem seu programa de qualidade, perceberam a importância de fazer uma adaptação do programa 5S, adotado em outras indústrias, para ser adequado às características do setor. A implantação desse programa no canteiro de obras ajudaria na limpeza, na organização e, além dessas melhorias, provocaria uma mudança na cultura do desperdício, bem como poderia reduzir o número de acidentes de trabalho e tornaria o ambiente de trabalho mais seguro. O programa 5S, consiste no seguinte:

Senso de Utilização	-	Áreas livres no Canteiro
Senso de Ordenação	-	Localização e Arrumação
Senso de Limpeza	-	Limpeza dos ambientes
Senso de Asseio	-	Asseio Pessoal e Saúde
Senso de Disciplina	-	Local de Trabalho Disciplinado

As mudanças na conjuntura do país, entre elas a estabilização da economia e a abertura de mercado, somada à falta de barreiras técnicas, colaboraram para a entrada de produtos de acabamento de alto luxo e também de serviços, crescendo assim o número de filiais de escritórios de arquitetura estrangeiros. Na opinião de Vahan Agopyan, Vice-diretor da Escola Politécnica da USP, a Indústria de Construção Civil atualmente defende o critério da qualidade como requisito fundamental para a competitividade, especialmente a internacional. A criação do PBQP-H (com a participação de empresas privadas e de órgãos do governo), segundo

Vahan, foi importante para a implantação do Sistema Nacional de Qualidade, na formação e qualificação de mão-de-obra, entre outros. O objetivo maior de todos os programas implantados seria o de promover a modernização e a adequação das empresas às necessidades do mercado e para o desenvolvimento constante da construção civil nacional.

Para os profissionais mais qualificados, existem hoje no mercado vários produtos e serviços desenvolvidos para aprimorar os seus conhecimentos, como por exemplo as revistas e livros especializados; programas de cálculos estruturais, de desenhos de plantas (CADs); de orçamentos; planejamento e controle de obras e controle administrativo. Além disso, algumas empresas como a Pini, NTT (Núcleo de Treinamento Tecnológico) entre outras, que ministram palestras e cursos de especialização, com a participação de profissionais bem conceituados, que visam promover a melhoria do desempenho profissional, com o objetivo de divulgar as principais e mais atualizadas técnicas e produtos oferecidos pelo mercado, inclusive comparando com as técnicas utilizadas pelas empresas estrangeiras e como elas podem ser adaptadas para a realidade do mercado local. Essas iniciativas ainda são muito restritas, por terem um custo considerado elevado, para a quantidade de profissionais existentes no mercado.

Um novo trabalho que vem sendo desenvolvido, que tem por finalidade a redução de custos e que ainda não está sendo praticado por muitas empresas, mas que já está sendo bastante estimulado, é o investimento em reciclagem de materiais e na redução ou reaproveitamento do entulho nos canteiros de obra. Os entulhos são um grande problema, principalmente em cidades com muitas edificações históricas que devem sofrer processos de restauração, como é o caso de Salvador, que exigem a substituição de muitos materiais de construção.

Para resolver esse problema é necessário a adoção de medidas de estímulo a essa nova prática (tão importante em uma época de conscientização para os problemas ecológicos, desenvolvimento sustentado e de discussão sobre as vantagens econômicas da reciclagem do lixo), como por exemplo criar incentivos fiscais para as construtoras que fizerem uma seleção do lixo nos canteiros de obra, além disso, elas poderiam obter lucros vendendo os materiais

que poderiam ser reaproveitáveis para outros fins (plástico, madeira e metal) e pagando menos ou até mesmo recebendo pela retirada desses materiais pelas firmas interessadas.

2.4 A CONSTRUÇÃO CIVIL NA RMS

A evolução do setor de Construção civil na RMS, sempre esteve relacionado com o desenvolvimento do Estado. Na Bahia, nas décadas de setenta e oitenta, a Construção Civil foi muito influenciada pela demanda de obras públicas, com a expansão das malhas rodoviária do estado, como a construção da Via Parafuso (ligando Camaçari a Salvador) e a duplicação da rodovia Salvador-Feira, além das obras de saneamento básico e montagem industrial, que permitiram o desenvolvimento desse setor. Os dados da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, da Análise Conjuntural do ano de 1976, relacionam o crescimento do nível da atividade da construção civil com o consumo de cimento, que cresceu 34,9%, comparando o ano de 76 a 75. A produção também teve um crescimento de 24,5%, cerca de 54 mil toneladas de aumento da produção, principalmente com a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari (entre 74 e 78), que também foi responsável pelo desenvolvimento do setor de construção civil na RMS, com obras governamentais e também obras da iniciativa privada para atender ao crescimento da região.

A crise do SFH, no início dos anos oitenta, provocou fortes impactos no setor baiano de construção civil. A partir do momento que obras foram concluídas, não havendo a construção de novas, provocou a demissão de empregados. Sem o financiamento pelo SFH, as empresas resolveram voltar as suas atenções e investimentos para a construção de obras destinadas às classes mais favorecidas, as construções de alto luxo.

Na RMS, o segmento de maior importância é o imobiliário, no qual houve um crescimento dos empreendimentos de alto luxo, principalmente na década de 90, com a proliferação de obras para atender a mercados que estavam em expansão, como os centros médicos e odontológicos, centros empresariais, shopping centers e empreendimentos voltados ao lazer, etc.

O desemprego, além da falta de investimentos, tem sido um dos maiores problemas para esse setor. De acordo com os dados do SINTRACOM-BA, em 1990 a RMS tinha um quadro de 70 mil operários, enquanto que atualmente esse número chega apenas a cerca de 20 mil operários

que trabalham no setor. Segundo Raimundo Brito, presidente do SINTRACOM-BA, a construção civil é um termômetro da economia e que demonstra os problemas de sobrevivência para os trabalhadores braçais brasileiros. A participação da mulher nos canteiros de obra, na RMS, ainda é tímida, chega apenas a cerca de 10% da categoria. O setor de construção civil é acusado pelo sindicato dos trabalhadores de discriminar o trabalho feminino, exigindo um atestado de esterilização para poder trabalhar, por causa da licença maternidade que a mulher tem direito.

Segundo dados do SINDUSCON-BA, (das suas empresas associadas) a construção civil absorve atualmente na RMS o trabalho de 10 a 15 mil operários, quando em 1995 e 1996 esse número chegava até 40 mil, embora se comparado ao ano de 1999, em que o número de trabalhadores empregados chegou ao patamar baixíssimo de 7.500 empregados, houve uma ligeira recuperação no setor. De acordo com levantamento feito pela ADEMI-Ba, o ano de 1998 foi considerado o ano de pior desempenho do setor imobiliário dos últimos tempos, em que o número de imóveis comercializados em Salvador foi de apenas 2.000 unidades, número considerado irrisório para o potencial que pode ser oferecido. Os números atuais são um pouco melhores, mas inferiores aos registrados a alguns anos passados. Existe para os próximos anos uma expectativa otimista de recuperação no volume dos investimentos para o mercado imobiliário. Esse aumento na absorção de mão-de-obra pode ser atribuído também a recentes empreendimentos, como a retomada das obras do complexo de Sauípe no Litoral Norte, as obras de duplicação do aeroporto de Salvador e da restauração da Estrada do Côco (recentemente privatizada), e o início da construção do sistema metroviário de Salvador, cuja conclusão da obra, segundo as projeções do governo, está prevista para os próximos 3 anos.

A vinda da Ford está criando perspectivas otimistas para os empresários do setor: criação de novas vagas em postos de trabalho, promoção o desenvolvimento da região, incremento do setor imobiliário com a retomada de novos investimentos, atração de novas empresas para se instalarem como fornecedoras para as montadoras, construção de novas moradias para suprir a demanda de novos habitantes que chegarão atraídos pela perspectiva de emprego, mas que não serão absorvidos pela montadora, etc. As expectativas também são otimistas para o incentivo

de novos investimentos em turismo e lazer, com a construção de hotéis e pousadas, já que Camaçari possui uma orla marítima muito extensa, com cerca de 42 quilômetros de praia.

Os dados do cadastro FIEB-CIEE (95/96), atualizados pelo SINDUSCON-BA, apontam que mais de 60% das construtoras baianas estão localizadas em Salvador e as restantes estão distribuídas por 37 municípios do interior. Essas empresas, segundo Paulo Dacach -presidente do Sinduscon- estão trabalhando atualmente com apenas 60% de sua capacidade produtiva total, deixando ociosa uma boa parte de sua capacidade, em decorrência da política recessiva adotada pelo governo nos últimos 5 anos, de elevadas taxas de juros, que não estimulam novos investimentos.

3 O PLANO REAL

O panorama da economia brasileira nas últimas duas décadas, tem sido marcado por sucessivas crises, instabilidade política e de fracassados planos econômicos, na perspectiva de combater a inflação e de promover a retomada do crescimento econômico. O resultado desse processo de sucessivos planos e choques fracassados se expressa no esgotamento da capacidade de financiamento do Estado e o seu crescente endividamento, em sucessivas recessões, volta da inflação em patamares elevados, crescimento do desemprego e agravamento dos problemas sociais.

Na tentativa de diminuir a inflação e o déficit público foram adotados vários programas de estabilização econômica. O Plano Cruzado em 1986, muito conhecido por adotar o congelamento dos preços e salários, o Plano Bresser em 1987 e o Plano Verão em 1989, que não se diferenciavam muito entre si em seus enfoques e suas políticas equivocadas, que não combatiam as causas estruturais da inflação (através do congelamento de preços), muito menos resolvia o problema da dívida pública, o que levou ao fracasso de todos. O Plano Collor em 1990, o mais polêmico e impopular desses planos, também não conseguiu combater a inflação de maneira eficiente (mesmo com a política monetária contracionista de retenção de moeda para reduzir o consumo). Portanto o cenário da economia brasileira antes da implantação do Plano Real, era também de déficit público elevado, inflação alta e estagnação econômica, além de descrédito dos investidores e da população com os sucessivos fracassos do planos econômicos anteriores.

O Plano Real foi anunciado em dezembro de 1993 por Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (e potencial candidato à presidência da República), com o discurso de ser bem diferente dos planos anteriores que não obtiveram êxito. O Plano Real foi um programa de estabilização elaborado com o objetivo principal de promover a estabilização monetária, além do desafio de promover o crescimento e desenvolvimento econômico e reduzir o déficit público e de recuperar a confiança dos investidores estrangeiros.

A concepção do Plano Real pode também ser atribuída ao encontro dos principais organismos internacionais (FMI, BIRD) que resultou em uma espécie de conjunto de normas pré-estabelecidas, conhecido como Consenso de Washington, que estabelecia diretrizes a serem adotadas por países periféricos, com programas de estabilização que seriam baseados em abertura comercial para atrair novos investimentos, desregulamentação geral da economia, Estado mínimo, flexibilização dos direitos trabalhistas, privatizações e sobrevalorização da moeda de forma a aumentar o volume de importações, como sendo a melhor alternativa para promover a estabilização, modernização, crescimento econômico e globalização.

Nos primeiros dois anos de implantação do Plano real, foi verificado uma certa recuperação do poder de compra dos salários, principalmente para a camada da população de baixo poder aquisitivo que consome os produtos mais baratos, pois, à medida que a inflação diminuía, repercutia em um aumento real dos salários, antes corroídos pela alta mensal dos preços. Essa situação com o tempo foi se modificando com a desindexação dos salários e com isso, os salários foram perdendo o seu poder de compra, também pressionados com o aumento das taxas de desemprego.

3.1 AS TRÊS FASES DO PLANO REAL

Para ser implantado, o Plano real passou por três etapas sucessivas:

1- Ajuste Fiscal. A equipe econômica do governo, com base teórica na PUC/RJ, tinha como estratégia básica o combate à inflação, utilizando como instrumento um ajuste fiscal. Para promover tal ajuste, era necessário ajustar os gastos públicos financiados com o imposto inflacionário. Essa etapa teve seu início com a divulgação de algumas medidas, no final de 1993, para entrarem em vigor em 1994. Dentre essas medidas, as mais importantes a se destacar são: a redução dos prazos de apuração e recolhimento de tributos, mudanças em alguns impostos (IOF, IR, IPMF) e de controle dos gastos do governo e criação do Fundo Social de Emergência. O FSE funcionava como um mecanismo transitório de receitas originadas da arrecadação de tributos federais, para controlar os gastos com estados e municípios, e tinha como objetivo a recuperação do controle e da capacidade de alocação de recursos, que deveriam ser destinados principalmente para a implantação de programas sociais, através de cortes no orçamento. Mais tarde, por não cumprir os objetivos aos quais foi destinado, passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que era mais coerente com a aplicação dada aos recursos de manipulação.

A mudança nos impostos não promoveu resultados satisfatórios por não produzirem ajustes de longo prazo e também pelo fato do governo não ter conseguido reduzir os seus gastos nem tampouco aumentar a sua receita de maneira significativa. Essa etapa transitória foi importante como uma preparação para as duas etapas seguintes: a implantação da URV e a introdução da nova moeda, o Real.

2- Desindexação. Adoção da URV (Unidade Real de Valor) em 1º de março de 1994 uma unidade de indexação diária, pela cotação do dólar, e que tinha a função de unidade de conta e reserva de valor, mas não exerce a terceira função da moeda: a de meio de pagamento. A URV foi adotada para induzir a convergência dos preços, e deveria ser usada

por um período de alguns meses. Com base nela se reajustaram alguns preços e salários nominais pela média dos últimos quatro meses, o que permitiu a mudança do padrão monetário, sem a necessidade de choques e sem os traumas na mudança da moeda ocorridas nos planos anteriores. Alguns preços tiveram reajustes maiores como precaução para possíveis perdas na conversão da moeda, provocando uma distorção dos preços de alguns produtos, que ao ser implantada a nova moeda, foram pressionados a serem reduzidos

A URV foi admitida como índice de correção monetária e parâmetro para negociação com moeda estrangeira pelo Banco Central. O salário mínimo foi convertido em URV pela média aritmética dos valores nominais vigentes, de novembro de 1993 a fevereiro de 1994, pelo valor em CR\$ do equivalente em URV do último dia desses meses. Ao concluir o seu objetivo, alinhar todos os preços relativos da economia e todos convertidos em URV, ela seria extinta e estaria preparada a economia para o surgimento da nova moeda, o Real, com valor nominal constante, e que voltaria a exercer novamente todas as funções da moeda: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, totalmente desvinculada da pressão inflacionária que predominava anteriormente na economia.

3- A implantação da nova moeda. A adoção da nova moeda, o Real entra em vigor em 1º de julho de 1994, é uma etapa mais delicada do que as duas primeiras, pois envolve questões de políticas monetária e fiscal que sejam compatíveis. O objetivo dessa etapa foi dotar a economia de uma moeda forte e de poder aquisitivo estável, para recuperar o poder da moeda nacional, bastante corroída pela inflação. O valor da conversão do cruzeiro real para o real foi feito com base na paridade entre cruzeiro real e URV para o dia 30 de junho de 94, sendo: R\$ 1,00 (um real) = 1 URV = CR\$ 2.750. O real teve por lastro as reservas internacionais, vinculadas ao valor equivalente para esse fim, na paridade de um dólar americano para cada real emitido, e deveria obedecer limites quantitativos.

O governo optou por adotar uma política monetária de juros primários altos (para atrair capitais externos e equilibrar o Balanço de Pagamentos), incentivo a empréstimos externos,

elevação inicial dos depósitos compulsórios para 100% no Banco Central (dos depósitos à vista) e uma política cambial de banda assimétrica, com intervenção do Banco Central caso houvesse desvalorização do real em relação ao dólar, o que barateou as importações (para dar continuidade à abertura comercial iniciada no governo Collor), e reduziu os preços internos e combater a inflação.

As importações cresceram bastante, devido à abertura comercial e a redução na alíquota de importações, e, em consequência disso, desestimularam as exportações (o câmbio valorizado encarece os produtos exportados), causando um problema no saldo da balança comercial, que de anteriores acúmulos de superávits, passou a ter contínuos déficits que se acumulavam, além de prejudicar a indústria nacional, que não podiam competir com os preços baixos e com as quantidades dos produtos importados que entravam no mercado.

Sobre a adoção dessas etapas, existe um consenso entre os economistas do governo, ou próximos a ele, de que elas seriam necessárias, como afirma RICUPERO (1994, p.14) em sua participação em um fórum realizado em 1994, logo quando houve a implantação do Plano Real, e que resultou no livro Estabilidade e Crescimento: Os desafios do real. Em seu texto, em um determinado momento, ele diz o seguinte:

“Ninguém, creio eu, põe em dúvida a necessidade dessas etapas. Todos concordam que esse programa tinha que principiar pelo ajuste fiscal, a primeira etapa. Que a segunda fase tinha que ser justamente esta em que nos encontramos: a desindexação. E, finalmente, teríamos que chegar à reforma monetária”

O consenso sobre a importância da execução das etapas existia, mas não acontecia o mesmo no que diz respeito sobre qual deveria ser a duração exata para a segunda etapa. Para alguns economistas a sua demora seria desastrosa para o propósito a que ela foi criada. O seu prolongamento poderia tornar o país vulnerável a choques externos no sistema de preços e provocar inflação, pois a economia estava desprovida de uma âncora para os preços.

3.2 AS PRIVATIZAÇÕES

As privatizações tiveram um papel importante para a sustentação do Plano Real, qual seja: atrair capitais estrangeiros, para apoiar o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Para dar início à nova fase do programa de privatizações, o governo teve que aprovar emendas constitucionais para acabar com o monopólio sobre telecomunicações, energia e a restrição do capital estrangeiro em participar do setor de mineração e serviços públicos, além da aprovação pelo Congresso de permitir concessões ao setor privado de serviços públicos e de telecomunicações.

O programa de privatizações teve o seu início no governo Collor, mas a sua implantação teve força, principalmente por interesses políticos, no governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo argumento principal inicialmente era reduzir a participação do Estado em setores que não eram de sua competência para investir em programas sociais, na área de saúde e saneamento básico, mas depois passou a ser justificada para reduzir a dívida pública. NASSIF (2000) contesta a necessidade da privatização no setor de saneamento básico, em resposta a Gustavo Franco que defende a privatização como saída para todos os problemas, com a seguinte constatação :

“... O problema é outro: privatizando ou não, como garantir a manutenção dos investimentos no período de transição, para impedir a mortalidade infantil e o sucateamento das estatais do saneamento.”

Existe uma estimativa de um aumento de cerca 146% da compra de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, entre o período 94-98. Esse programa é considerado essencial para os planos do governo de equilibrar as contas de capital, devido ao grande déficit da balança comercial, e amenizar a política de juros altos. As privatizações de bancos públicos estatais e empresas de participação estratégica na economia, fazem parte da lógica da política neoliberal de participação mínima do Estado na economia, devendo deixar que o

o mercado seja livre para ser o regulador do sistema econômico. Só não é manifestado o interesse de privatizar o BNDES, que atualmente executa a política de privatizações (principalmente do setor bancário), concedendo créditos com juros baixos e prazos longos favoráveis a empresas, principalmente as estrangeiras, que estejam adquirindo as estatais.

No setor bancário está o maior reflexo do programa de privatizações ou de desnacionalização da economia, pois além da compra de bancos estatais, ocorreu também a compra de bancos privados por capitais internacionais.

O balanço do programa de privatizações é feito evidenciando os seus resultados, conforme mostra o quadro 2.

QUADRO 2

Resultados do Programa Nacional de Desestatização
1991-jul./99 - US\$ milhões

Período	Nº de empresas	Receita de vendas	Dívidas transferidas	Total
1991	4	1.614	374	1.988
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	11	4.080	669	4.749
1997	4	4.265	3.559	7.824
1998	7	1.574	1.082	2.737
até jul/99	1	49	—	49
Total	64	19.579	9.201	28.861

Fonte: BNDES

3.3 POLÍTICAS ADOTADAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA

A política de juros elevados, bem como a de privatizações, adotadas pelo governo, tinham como finalidade principal atrair capitais internacionais para aumentar o saldo da conta de capital, como contrapartida para as contas de transações correntes que apresentavam um déficit e desequilibrava o Balanço de Pagamentos. A balança de serviços, que sempre foi deficitária, aumentou ainda mais o seu saldo negativo, em consequência de pagamento dos juros da dívida externa, de envio de lucros e do aumento de viagens internacionais (em decorrência do câmbio valorizado).

Para combater a inflação, a política monetária consistia no apoio da chamada “âncora cambial”, que sobrevalorizava o real em relação ao dólar e com isso tornava os produtos importados mais baratos (existia também o incentivo do governo de redução de tarifas para as importações), o que desestimulava e prejudicava as exportações, que não tinham competitividade com os produtos importados. Para a manutenção da âncora cambial era preciso manter uma certa quantidade de reservas internacionais como medida de segurança, precisando com isso, da permanência dos juros em patamares bastante elevados. Isso provocou um crescimento da dívida pública, queda acentuada no crescimento do PIB e aumento dos níveis de desemprego nas principais capitais, principalmente pela queda do nível da atividade e da reestruturação produtiva, além de tornar o país vulnerável ao capital externo, que em grande parte era formado por capital especulativo e de curto prazo, que não representava novos investimentos capazes de dinamizar a economia e que se retiravam a qualquer sinal de risco ou perdas para os investidores.

A ampla reforma do Estado, tanto a administrativa quanto a previdenciária (também visando a privatização da maior parte do seguro social) que pretendia promover um aumento na arrecadação e um corte nas despesas, também foi considerada fundamental

pelo governo para o bom desempenho do Plano Real, assim como foi essencial para dar continuidade ao programa de privatizações, segundo o governo. A diminuição da participação e da intervenção do Estado na Economia, seria necessária para canalizar os recursos para investimentos em saúde, educação fundamental, saneamento básico e outras áreas ditas de atuação específicas do Estado, além de ser importante como atrativo a novos investimentos internacionais, considerados importantes para o desenvolvimento do país, assim como para tornar a economia mais competitiva diante do cenário de globalização e mudança no panorama da economia internacional.

No entanto, o dinheiro obtido com a venda das empresas estatais (muitas foram adquiridas com as chamadas moedas podres ou com financiamentos obtidos através do BNDES) não representou efetivamente em nenhuma melhoria dos serviços essenciais oferecidos pelo governo (houve na realidade uma piora na qualidade dos serviços prestados), especialmente pelo fato de que os recursos tenham sido utilizados para o pagamento dos juros da dívida pública, que devido ao seu crescimento acentuado, passou a ser uma questão prioritária.

Uma outra política que faz parte do Plano real é a flexibilização dos direitos trabalhistas e da política salarial, para, segundo o governo, tentar combater o desemprego, que se tornou um problema grave; com a retirada dos direitos dos trabalhadores, podendo citar, como exemplo, a aprovação do contrato temporário de trabalho, que significa simplesmente a prática de desregulamentação do mercado de trabalho.

A adoção de uma política de juros elevados, liberação das importações (com a abertura comercial) e de uma política cambial que promovia a valorização da moeda (sustentada pela política de juros altos), trouxeram alguns problemas graves de desequilíbrio para a economia, que precisavam ser sanados de forma rápida, para manter a estabilidade da economia. O aumento no volume de importações, estimulado para conter os preços internos, promovia também uma forte pressão na demanda interna, provocada pelo receio das pessoas de que a estabilização dos preços fosse temporária e a inflação retornasse com força total (a exemplo das experiências recentes dos fracassos ocorridos em planos

anteriores), passando assim a antecipar a compra de produtos, já que os salários estavam com parte do seu poder de compra recuperado e para aproveitar o período de preços estabilizados.

O crescimento expressivo da demanda interna, principalmente para a aquisição de bens importados, provocou um aumento considerável da utilização da capacidade instalada e um inevitável esgotamento da capacidade produtiva das indústrias locais, que lutavam contra os preços baixos e a grande quantidade de produtos importados em condições totalmente desiguais, que colaboravam para a degradação da balança comercial (que passou ter déficits sucessivos). O aumento dos produtos importados pôde ser observado em vários tipos de produtos entre 93 e 96 conforme aparece no quadro 3, substituindo a produção da indústria nacional.

Também como consequência, no final do ano de 1994, com a crise mexicana, houve uma retração dos capitais internacionais (temerosos que os reflexos da crise chegassem até o Brasil) e conseqüentemente uma queda no volume das reservas internacionais, situação que já era desfavorável com a balança comercial deficitária.

QUADRO 3
Estrutura das Importações
US\$ milhões

Categoria de uso	1993	1994	1995	1996
Bens duráveis	1.587	3.129	6.089	4.569
Veículos	676	1.469	3.040	1.562
Matérias-primas	1.449	2.410	4.828	6.150
Combustíveis	12.863	15.608	22.394	24.636
Bens Intermed.	4.094	4.356	5.217	6.227
Bens de Capital	5.262	7.576	11.330	12.704
Total	25.255	33.079	49.858	53.286

Para tentar solucionar esse problema, que trazia séria ameaça para o sucesso do Plano Real, o governo adotou no primeiro semestre de 1995, algumas medidas consideradas emergenciais : aumentou significativamente a taxa básica de juros para restringir fortemente o crédito, como forma de reduzir de forma drástica o consumo, além de retirar dos salários qualquer vínculo de indexação obrigatória, que era determinada pelo governo, sendo a negociação de perdas salariais devendo ser feita diretamente entre conversações e acordos com patrões e empregados, adotando assim um sistema de livre negociação salarial, que em época de desemprego não é vantajoso para o trabalhador, por não ter poder de pressão para negociar.

Com a adoção dessas medidas, o governo conseguiu manter a inflação sob controle e reduzir o déficit externo, com isso, houve uma ligeira recuperação nas reservas internacionais e na balança comercial. Um outro reflexo (negativo), resultante da adoção dessas medidas, foi uma queda acentuada no nível da atividade econômica e o aprofundamento das dificuldades encontradas pelas empresas nacionais, que para fazer frente à concorrência predatória dos produtos importados (muito mais baratos que os nacionais) se endividaram bastante, mas não tiveram condições de quitar ou renegociar as suas dívidas, devido aos juros altos cobrados pelo sistema financeiro, nem mesmo puderam levantar novos empréstimos para tentar a retomada da produção, por falta de recursos e de financiamento. Todos esses motivos desencadearam uma grave crise econômica e financeira sem precedentes, que fez com que muitas empresas falissem e fechassem as suas portas, gerando o agravamento do problema do desemprego para uma grande quantidade de trabalhadores.

No ano de 97, a crise que atingiu os países asiáticos, provocou fortes impactos negativos na economia, impactos generalizados entre os vários setores (indústria, comércio e serviços), causando grande repercussão também nas taxas de desemprego, chegando a 7,94% (nível comparado somente ao período da crise de 82-84, de 7,37%), levando o governo a adotar

certas medidas: demissão de funcionários públicos sem estabilidade, cancelamento de reajuste de salários, corte nos gastos e aumento da arrecadação (com aumento dos impostos). Todas essas medidas tinham como objetivo promover o ajuste fiscal e elevar a taxa de juros - conhecido como Pacote 51- que, no entanto, se mostraram ineficientes para conter o crescimento acelerado do déficit público e o descrédito internacional com a continuada fuga de capitais.

A incapacidade do pacote, em resolver os problemas resultantes da crise asiática, ficou evidenciada no ano de 98, que foi marcado pela moratória Russa, que provocou uma desconfiança da possibilidade de uma moratória também por parte do Brasil, e ainda maior do capital especulativo, provocando uma fuga de capitais, tornando indispensável para as pretensões do governo, de preservar a estabilidade da economia, o fechamento do acordo com o FMI, que nada mais era do que a continuidade da política econômica já praticada de abertura comercial (indiscriminada), promover a desvalorização gradativa do real, obtenção de superávits primários (por meio corte das despesas do governo), além de dar continuidade às reformas consideradas essenciais para o funcionamento do Estado: acelerar o programa de privatizações das empresas estatais e a redução da participação do governo na economia.

Os investimentos diretos externos cresceram em 1998 em relação ao ano de 1997, em grande parte devido ao programa de privatizações das empresas, o maior já registrado em países em desenvolvimento, embora sejam investimentos que tenham retornos a longo prazo. Entretanto, a entrada desses capitais, assim como a liberação da primeira parcela do empréstimo do FMI, não foram suficientes para equilibrar a conta de capitais (as exportações mesmo com o Mercosul não conseguiam crescer o suficiente), pois a vulnerabilidade era principalmente causada pela dependência dos capitais de curto prazo (capital especulativo) que eram atraídos por juros altos, mas que se retiravam a qualquer sinal de instabilidade na economia. O crescimento da dívida dos estados e a ameaça de moratória por parte destes, somado aos desequilíbrios internos por dificuldades de

negociações para se aprovar o ajuste fiscal, provocaram uma fuga de capitais e queda nas reservas internacionais.

Todos esses fatores contribuíram para que houvesse pressão para a uma forte desvalorização do Real no início de 99, o fim da âncora cambial, cujo atraso provocou um agravamento no déficit público brasileiro. O fim da âncora cambial trouxe como consequência, no primeiro momento, uma instabilidade política muito grande pela desvalorização acentuada que o real teve, gerando uma pressão inflacionária, com o reajuste de alguns preços, pela desconfiança de que o Real e a estabilidade por ele sustentada, estivessem chegando ao fim. Com o desaparecimento da âncora cambial e o aumento da instabilidade e da desconfiança, o Plano Real passou então a ser sustentado por três pilares:

1- Controle do déficit fiscal - que precisava da colaboração do Congresso para aprovar as medidas necessárias (reformas constitucionais) e a retomada do programa de privatizações, para que o governo pudesse fazer o controle dos seus gastos e das alterações propostas para o Orçamento da União.

2- Políticas cambial e monetária - mudança do câmbio fixo para o câmbio flutuante (o mercado determinava a sua cotação), para facilitar a entrada de capitais estrangeiros no país e uma pequena redução na taxa básica de juros e do compulsório retido no Banco Central, para diminuir o aperto monetário.

3- Renegociação da dívida pública mobiliária federal - essa dívida está centrada em papéis pré-fixados e indexados ao over/Selic e teve um crescimento de 5 vezes de 94 a 98 (passou de R\$62 para R\$314 bilhões). A melhor alternativa para minimizar esse problema seria através de compras compulsórias dos títulos públicos federais para as carteiras de fundos de renda fixa, que impedem a sua circulação em outras aplicações financeiras com liquidez, e a dilatação de seu prazo de resgate.

O quadro de instabilidade e descrédito internacional só foi aliviado com a redefinição das metas estabelecidas no acordo com o FMI, que previa entre outras coisas: facilitar a entrada de capitais de curto prazo (sem restrições de prazo e com redução do IOF), elevar a taxa de juros e tornar mais atraente para os investidores estrangeiros os fundos de renda fixa, promovendo a isenção do imposto de renda.

A mudança no regime cambial, pressionado por sucessivas desvalorizações do real, fez o governo retomar todas as suas atenções para evitar a volta da inflação. Precisou adotar medidas drásticas para esse fim, como o corte das despesas públicas, aumento de impostos e dos juros para frear o aumento da demanda e atrair os capitais especulativos, que eram essenciais para a recuperação do real.

4.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO REAL

Um dos maiores problemas resultantes do plano Real foi o crescimento do déficit público, decorrente da política de juros altos que era utilizada como contrapartida para os déficits das contas de transações correntes, promovendo um superávit na conta de capitais, para equilibrar o Balanço de pagamentos e atrair os capitais estrangeiros (especulativos). Essa política aprofundou a dependência e a fragilidade do país em relação ao capital externo e o endividamento do Estado.

A abertura da economia, tanto para o capital externo quanto para as importações (propostas indispensáveis para os neoliberais), servia ao propósito de aumentar a eficiência das empresas. Contudo, no Brasil, essa abertura provocou a sobrevalorização do Real e a dependência da entrada de capitais estrangeiros para cobrir os déficits contínuos em conta corrente. Para tornar atrativa a entrada desses capitais, foi necessário manter uma taxa de juros elevada. Como consequência desses fatores, houve um aumento do desemprego, o crescimento expressivo no número de inadimplentes e um endividamento recorde nos consumidores, sem condições de pagarem suas dívidas.

A abertura comercial, também com a justificativa de tornar a economia moderna e globalizada, da maneira como foi feita, prejudicou sensivelmente o desenvolvimento da indústria nacional, que não estava preparada para enfrentar uma concorrência tão acirrada e em condições desiguais, pois os produtos importados se beneficiavam com a sobrevalorização do câmbio e com tarifas reduzidas. Essa abertura indiscriminada provocou a quebra de muitas empresas e em consequência disso causou um aumento do desemprego em todos os setores da Economia.

A estabilização da economia, que ocorreu logo após a implantação do Plano Real, provocou uma certa euforia para alguns empresários, com a possibilidade de novos investimentos e de retomada do crescimento econômico, mas essa perspectiva otimista

logo foi desfeita pela manutenção do câmbio sobrevalorizado e da política de juros altos, causando um problema para as empresas que não puderam fazer novos investimentos em modernização, para enfrentar o mercado competitivo. O setor industrial foi um das mais prejudicados com a falta de investimentos, a concorrência predatória dos produtos importados, aumentou o número de desempregados, pois não havia demanda para os principais produtos ou então não havia estímulo para novos investimentos, já que era mais rentável aplicar no mercado financeiro do que correr riscos em produzir. Em decorrência da queda da atividade econômica, houve uma redução na taxa de crescimento do PIB, conforme dados do Banco Central, em 94 o crescimento foi de 5,85%, já em 98 a taxa de crescimento foi negativa de - 0,12%.

A reestruturação produtiva, considerada atualmente como fundamental para deixar as empresas mais competitivas devido à globalização, também foi responsável pelo aumento das taxas de desemprego, principalmente na indústria e no setor bancário. A implantação de modernas máquinas e equipamentos e novas estruturas organizacionais, além da terceirização de alguns serviços, foram responsáveis pela dispensa de um grande número de trabalhadores.

A taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas, segundo dados do IBGE - PME (Pesquisa Mensal de Emprego), passou de 4,96% no ano de 94 para 7,59% em 98. Esse crescimento pode ser atribuído à política de juros elevados praticada, para tentar segurar o capital especulativo, tornando atrativo o investimento no mercado financeiro e proibitivo no setor produtivo, em conjunto com a reestruturação produtiva das empresas.

Um dos principais problemas resultantes das políticas adotadas pelo Plano Real é, sem dúvida, o agravamento dos problemas sociais. O aumento das taxas de desemprego e os baixos níveis salariais e o corte das despesas do governo em programas sociais, foram fatores decisivos para a piora das condições sociais da população. Aliado a esses fatores, deve se destacar a degradação do sistema de saúde pública (quem não pode pagar seguros

baixos níveis salariais e o corte das despesas do governo em programas sociais, foram fatores decisivos para a piora das condições sociais da população. Aliado a esses fatores, deve se destacar a degradação do sistema de saúde pública (quem não pode pagar seguros de saúde, tem que se submeter a longas filas em hospitais públicos), com a falta de investimentos por parte do governo. O aumento da desigualdade na distribuição de renda e concentração da riqueza também merece ser destacado, pois a política de juros altos favoreceu uma classe privilegiada que tinha vultosas aplicações financeiras, a “indústria de fundos”, bem como os bancos (muitos tiveram auxílio do PROER), que aplicam taxas elevadas, mesmo em tempos de inflação baixa.

4 OS IMPACTOS NO NÍVEL DE EMPREGO NO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

Após a implantação do Plano Real, foi verificado um saldo negativo entre demissões e contratações, conforme foi divulgada pela 2ª Pesquisa Conjuntural, realizada pelas empresas associadas ao SINDUSCON-BA. Segundo os dados divulgados por essa Pesquisa, em 1998 apenas 83,45% dos trabalhadores contratados no período permaneceram no setor produtivo. Por causa da grande rotatividade do setor, o tempo que os trabalhadores permanecem em serviço é de, aproximadamente, 2 anos. Um outro dado verificado por essa Pesquisa foi de que 46,40% da mão-de-obra produtiva possui apenas o primeiro grau incompleto, o que confirma o nível de baixa qualificação dessa atividade, sendo o recordista em baixa escolaridade o segmento de Terra e Pavimentação, com 6,11% dos trabalhadores analfabetos.

O setor possui muitos trabalhadores com baixo grau de escolaridade, pois esse não é o requisito essencial para determinar a sua ocupação profissional, o mais importante para exercer essa atividade é a força física e a habilidade adquirida com o tempo no serviço, já que o setor é caracterizado por processos produtivos simples, grande rotatividade, e com pouca utilização de equipamentos sofisticados, e processo produtivo de fácil aprendizado, que não requer muita especialização.

A utilização pelas empresas do CUB - Custo Unitário Básico (criado em 1964 e regido pela NBR 12721), tem servido como referencial para o cálculo de custos para o setor e como indexador de contratos, embora ele não expresse a totalidade de custos de uma obra por não considerar custos adicionais (elevadores, fundações especiais, telefonia, etc.), mas proporciona uma certa homogeneidade nos cálculos dos insumos para a determinar a sua variação de preços. A mão-de-obra representa em média 40% do CUB entre salários, encargos sociais e trabalhistas, cujo total em 1999 chegou a 177,29% sobre o salário,

considerado muito elevado pelas empresas . O custo médio com pessoal no ano de 1998, em relação ao faturamento, foi de 26,25%, com variações mínimas e máximas respectivamente de 4% e 50%, conforme os dados da 2ª Pesquisa Conjuntural do Sinduscon-Ba.

A demissão de trabalhadores, na maioria das vezes, é considerada pelos empresários como única solução para uma inevitável redução de custos para que a empresa consiga se manter no mercado, sem ter que reajustar os seus preços. Esses custos poderiam ser reduzidos com a adoção de algumas medidas racionais e eficientes, promovendo ganhos de produtividade, combatendo o desperdício (que é considerado muito grande nesse setor) e com um planejamento cuidadoso e orçamento prévio da obra a ser executada, e não somente diminuindo os custos com a redução do número de trabalhadores, pois pode comprometer a qualidade do serviço prestado e agravar ainda mais o problema do desemprego nas grandes cidades, que já é preocupante. Por causa dessa defesa da estabilidade econômica, houve uma mudança significativa na pauta de negociação entre sindicatos e patrões, que deixou de ser por reposição de perdas salariais para tratar da manutenção do emprego, redução da jornada de trabalho e melhoria das condições de trabalho.

A taxa de desemprego na RMS no setor de Construção civil foi a maior, comparada com outros setores, com a variação dos números entre 15,7% em média em 1999 comparando com os números de 1998 que ficaram em torno de 14,2%, dados do IBGE/PME. Ainda com relação a esses dados, foi verificado que a indústria de Construção Civil e a de indústria de transformação foram as que menos absorveram mão-de-obra em 1999, em torno de 8,08% e 8,26%, respectivamente, e na construção civil ocorreu o maior saldo negativo entre as outras atividades, foram extintos cerca de 2.167 postos de trabalho na RMS, enquanto no ano de 1998 tinha sido registrado um saldo positivo de 990. No setor de construção civil o problema é bastante preocupante, pois esse ainda é o setor que emprega uma grande quantidade de trabalhadores que possuem pouca ou nenhuma qualificação nem escolaridade, por trabalhar com técnicas simples e pouca tecnologia e de fácil aprendizado.

Uma possível alternativa para tentar reduzir esse problema seria o investimento em obras públicas, financiadas pelo governo, que são necessárias e até urgentes, como a contenção de encostas em áreas de risco e obras de saneamento básico, que absorveriam uma quantidade significativa de mão-de-obra, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Existem perspectivas otimistas para novos empreendimentos por parte do setor privado, com incentivos do governo do Estado para atrair megaempreendimentos e aumentar a oferta de empregos.

4.1 MUDANÇAS NO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO

A indústria de Construção Civil, devido à forte competitividade do mercado, vem investindo, mesmo que ainda timidamente, em novos equipamentos, técnicas de reaproveitamento e reciclagem de materiais de construção e em novas formas de organização racional da produção, assim como em novas técnicas de gestão de qualidade, muito embora ainda sejam utilizados na maioria das empresas, processos técnicos considerados de relativo atraso.

Uma tendência verificada por essa indústria tem sido o investimento estratégico para diversificação produtiva, para a expansão das suas atividades. Cerca de 42,86% das empresas pesquisadas diversificaram suas atividades em 2 ou 3 setores, dados extraídos da 2ª Pesquisa Conjuntural realizada pelo Sinduscon-Ba. Essa diversificação tem como finalidade básica proporcionar novas oportunidades de negócio para os investidores, como alternativa para a crise enfrentada pelo setor, podendo investir em segmentos diferentes que estejam em expansão.

Com o crescimento da competitividade do mercado surgiu a necessidade da otimização e racionalização de recursos para a produção de materiais, adequando os custos aos preços praticados, para que a empresa possa se manter no mercado. Os níveis salariais e os encargos sociais elevados também possuem importância significativa para a composição dos custos e afetam o seu nível de competitividade. A heterogeneidade dessa indústria, a divisão em vários segmentos, não permite que se determine um fator único como determinante da competitividade, cada segmento possui o seu fator determinante, podendo citar, como exemplo, o segmento de Instalações e Montagem que tem no preço o seu diferencial ou ainda o de Saneamento que tem nos encargos sociais e impostos sobre as matérias-primas seus principais fatores determinantes para assegurar as condições de competitividade. Algumas empresas estão optando por terceirizar serviços, tanto no setor

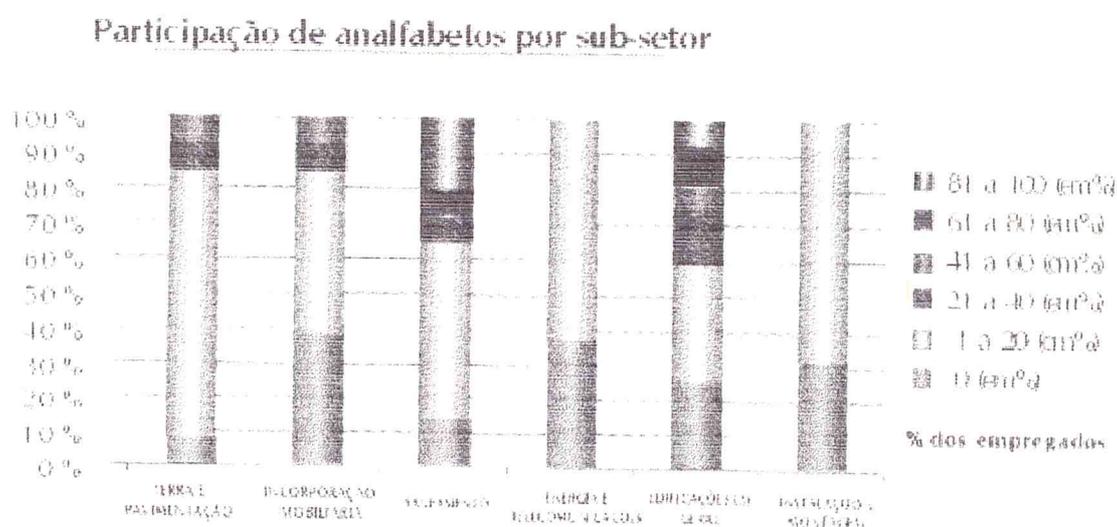
produtivo como no setor administrativo, como forma de reduzir os custos com o quadro de funcionários .

Para enfrentar essa competitividade do mercado, as empresas precisam da utilização de novas técnicas de produção, para reduzir seus custos, melhorar a qualidade de seus produtos e serviços e aumentar a sua produtividade, sendo para isso necessário a contratação de mão-de-obra qualificada. Precisam adotar métodos atualizados de produção, com a utilização de equipamentos simples, porém eficientes, e gestão diferenciada de mão-de-obra, e precisam investir em treinamento de mão-de-obra para viabilizar a elevação da intensidade tecnológica.

4.2 O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES NA RMS

A qualificação dos profissionais é deficiente, devido ao seu baixo grau de instrução formal, e em grande parte pode ser atribuída também ao fato de não ser a escolaridade um fator determinante para a contratação de trabalhadores. Ainda existe uma grande quantidade de analfabetos nessa atividade, conforme representada no gráfico 1.

GRÁFICO 1 Segmentação das empresas em função da participação de analfabetos em sua mão de obra

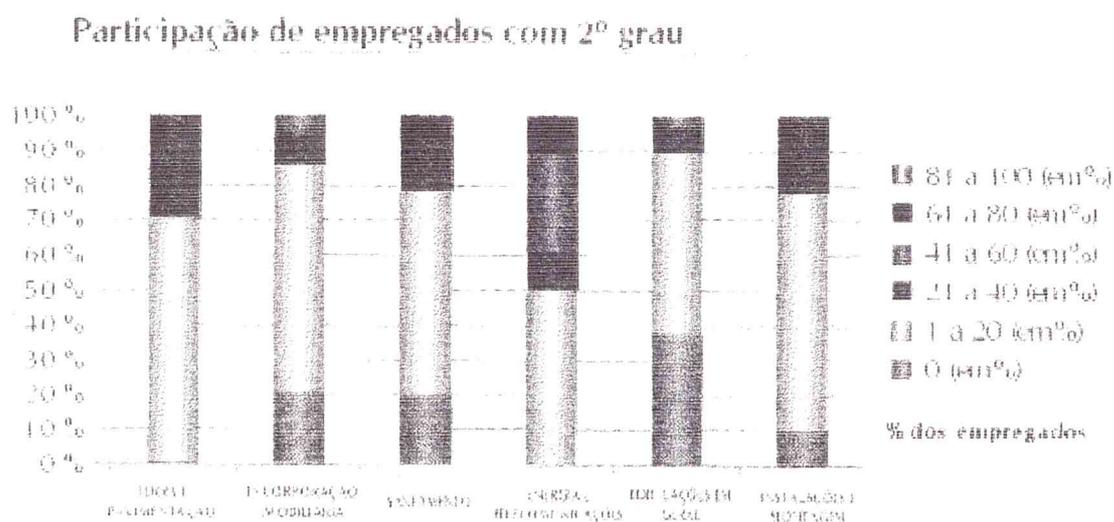


Fonte: Pesquisa direta do Sinduscon-Ba

No setor administrativo, a realidade verificada é um pouco diferente, em relação ao setor produtivo, visto que a sua grande maioria é formada por pessoas com o segundo grau completo. É importante salientar que a divisão do setor em vários segmentos traz realidades diferentes a cada um destes, podendo-se destacar o segmento de Energia e

Telecomunicações (fundamental para o desenvolvimento de setores estratégicos), que possui uma mão-de-obra mais qualificada, e maior quantidade de empregados com o segundo grau (ver gráfico 2), necessária para o seu funcionamento.

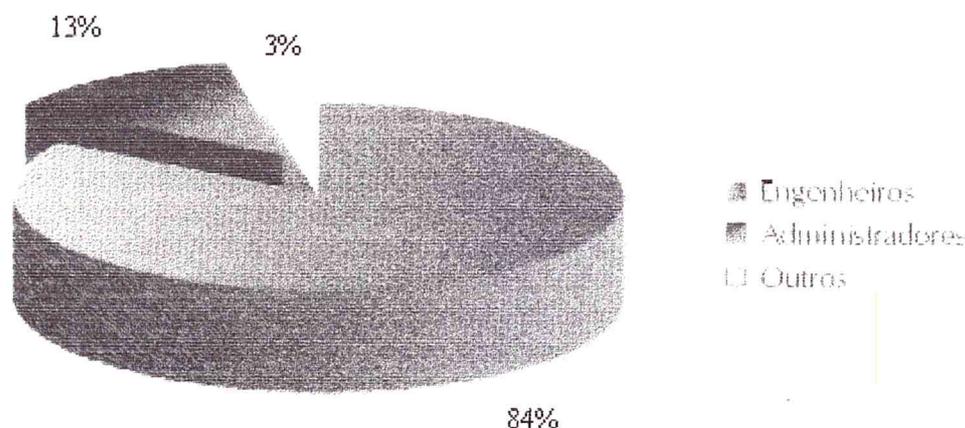
GRÁFICO 2 - Segmentação das empresas em função da participação de empregados com o segundo grau em sua mão de obra



Fonte: Pesquisa direta do Sinduscon-Ba

A diretoria das empresas geralmente é formada por engenheiros e arquitetos e em algumas por administradores, sendo predominante a presença de profissionais de nível superior para esse cargos, como pode ser observado no gráfico 3.

GRÁFICO 3 Composição das diretorias das empresas baianas de construção civil com base na formação profissional de seus componentes



Fonte: Pesquisa direta do Sinduscon- Ba

As empresas de Construção Civil, em sua grande maioria, não investem em programas de alfabetização, treinamento e qualificação de trabalhadores, para melhorar a sua capacitação profissional e o seu desempenho nos serviços prestados, com raras exceções de algumas iniciativas isoladas. A maioria dos investimentos em qualificação, são oferecidos a profissionais de nível superior, com a promoção de novos cursos e treinamentos com profissionais especializados para o desenvolvimento de suas atividades, mas que mesmo assim ainda não são suficientes para atender a todos os profissionais.

Com o argumento de desperdício de investimentos, para um trabalho que não vai ter continuidade (por ser a execução de uma obra um trabalho temporário e de grande rotatividade de mão-de-obra), e com a política de juros altos adotada pelo governo e de elevada carga tributária, as empresas alegam que é melhor canalizar os investimentos para outros fins que não a capacitação do trabalhador, criando com isso um ciclo vicioso em que a empresa precisa de mão-de-obra qualificada para melhorar o seu desempenho frente à

competitividade do mercado e o trabalhador não se profissionaliza por falta de investimentos em qualificação por parte das empresas.

Por outro lado é preciso que os trabalhadores se conscientizem que é importante o aprendizado e a reciclagem constante de novas técnicas de trabalho que os atualizem profissionalmente. Seria interessante que as empresas, em cooperação com os sindicatos, oferecessem cursos que promovessem a renovação dos conhecimentos e de novas técnicas que propiciassem uma maior produtividade, menor desperdício de materiais de construção e a redução do número de acidentes de trabalho, para atender as novas exigências do mercado.

Outro fator importante a ser destacado é que, por causa do caráter temporário desse tipo de serviço, não existe uma continuidade do trabalho e nem tampouco existe uma homogeneidade do trabalho a ser desempenhado. Cada obra, embora respeite a determinadas normas de execução, se diferencia das outras na sua forma de execução (os projetos são feitos por profissionais, que na maioria das vezes não os executam), na forma de realizar o trabalho e, portanto, não possibilita ao trabalhador adquirir experiência e prática. Este, realizando trabalhos esporádicos, interrompendo um aprendizado importante para a profissionalização, uma vez que praticamente aprende o serviço durante o período que está trabalhando. Somado a esse fator, está a falta de interesse por parte das empresários, em dar continuidade ao processo de trabalho e de investir em novos processos tecnológicos e no treinamento de novos profissionais, apoiados na questão da temporariedade do trabalho.

Com relação aos acidentes de trabalho, segundo números do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção e da Madeira no Estado da Bahia (Jornal A Tarde, 06/08/2000), somente no primeiro semestre de 2000, foram registrados 14 acidentes de operários em construções civis na cidade de Salvador e em outras cidades da Bahia, causando mutilações e mortes. Esses acidentes podem representar, para o trabalhador, desde o afastamento temporário do trabalho, com redução de seus ganhos por não poder fazer mais horas extras,

ou até mesmo a perda do emprego e, como consequência, a dificuldade em conseguir outro trabalho, em decorrência de ter a sua capacidade de trabalho diminuída em decorrência das mutilações. Para diminuir esse número elevado de acidentes de trabalho na construção civil, seriam necessários investimentos em equipamentos de segurança (é preciso também conscientizar o trabalhador da importância da utilização desses equipamentos para benefício próprio), treinamento adequado para a utilização do maquinário e a adoção de jornadas de trabalho normalizadas.

4.3 A CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO

As empresas de Construção Civil, associadas ao Sinduscon-Ba estão concentradas, em sua grande maioria, em Salvador, com cerca de 85% das sedes, estando as restantes localizadas na região metropolitana. O desempenho dessa indústria depende muito da retomada do crescimento da economia, para que haja investimentos no setor, tanto por parte da iniciativa privada quanto por parte do governo, e conseqüentemente a criação de novos postos de trabalho.

A construção do sistema metroviário de Salvador (que chega com um atraso de aproximadamente 15 anos comparado a outras capitais), a reforma e ampliação da capacidade do aeroporto internacional, as obras de conclusão do complexo de Sauípe na linha verde, a duplicação da Estrada do Côco (privatizada recentemente), e a instalação da Ford em Camaçari, estão conseguindo promover impactos positivos que refletem na criação de novos postos de trabalho e contribuem para amenizar o problema do desemprego na RMS, que é o maior entre as regiões metropolitanas do país. A perspectiva com esses novos investimentos é de otimismo para os empresários da construção, com o efeito multiplicador que esses investimentos podem provocar a longo prazo, principalmente com a instalação da Ford em Camaçari, que pode incrementar o setor imobiliário financiado por bancos interessados (existe uma regulamentação que impõe a aplicação de 60% dos recursos da poupança para a produção de imóveis que não é cumprida pelos bancos), que vai demandar a construção de novas habitações para os novos funcionários da fábrica e possibilidade de construção de hotéis e pousadas com a exploração turística da região que possui uma orla marítima privilegiada.

Os empresários do setor imobiliário, que sofre a pressão da crise (apesar de haver tido uma ligeira recuperação em 1999 em relação a 1998), consideram os juros atuais como proibitivos para o financiamento imobiliário. Uma possível solução apontada por empresários, para a crise desse segmento, seria a implantação do Sistema Financeiro

Imobiliário, que já foi aprovado pelo Congresso, mas que ainda não foi colocado em prática , o que poderia proporcionar um aumento significativo na oferta de novas unidades habitacionais e, como consequência, a criação de novos postos de trabalho, já que esse segmento é considerado o que absorve a maior quantidade de mão-de-obra .

Algumas construtoras consideradas de médio porte, devido à retração de obras públicas e que tinham a maior parte da sua receita originada na prestação de serviços ao governo, estão migrando para o mercado imobiliário, por ter apresentado esse segmento uma ligeira recuperação nos últimos dois anos. O segmento de edificações, por ter a característica de ser flexível, pode direcionar suas ações para o mercado imobiliário e aproveitar as oportunidades de negócio.

5 CONCLUSÃO

A indústria da Construção Civil, embora defasada em relação ao desenvolvimento tecnológico de outras indústrias, está começando a desenvolver novas técnicas no seu processo produtivo, para reduzir seus custos e poder enfrentar o mercado cada vez mais exigente e competitivo. Entretanto, o maior investimento que as empresas desse setor pode fazer é o treinamento e a capacitação dos trabalhadores que prestam esses serviços, em todos os níveis, não apenas para os profissionais mais qualificados. Somente algumas empresas, com iniciativas isoladas, promovem cursos de qualificação profissional.

A característica sazonal do trabalho em obras, dificulta a continuidade do processo de aprendizado, pois em virtude do grande número de mão-de-obra disponível, a rotatividade de trabalhadores é muito grande. A escolaridade da maioria dos trabalhadores é baixa, por serem na sua maioria pessoas que saem do interior à procura de trabalho, e não possuem nenhum tipo de qualificação.

O segmento que mais tem se destacado, principalmente na Bahia, em especial Salvador, é o segmento imobiliário, com a construção de Shoppings, Centros Empresariais e outras atividades que tiveram crescimento expressivo no mercado, bem como os segmentos de saneamento básico e de construção de rodovias, tendo o patrocínio exclusivo do Estado para esses investimentos de infraestrutura .

A atividade dessa indústria, entretanto, depende do desempenho da economia. Após a implantação do Plano Real, houve uma redução significativa no volume de investimentos desse setor, e, em decorrência das taxas de juros elevadas, os recursos destinados à produção foram transferidos para serem aplicados no mercado financeiro.

O Plano Real tinha como objetivo maior o combate à inflação, sendo implantado em três etapas: ajuste fiscal, desindexação e a adoção do real como nova moeda. O ajuste, basicamente foi o aumento de impostos, de alíquotas e redução nos gastos do governo. A reforma administrativa, com a demissão de funcionários públicos e redução da participação do Estado, tipicamente idéias neoliberais, eram utilizados como instrumentos importantes para a redução dos gastos do governo, bem como a aceleração do programa de privatizações, iniciado no governo Collor, era considerado fundamental para viabilizar a sustentação do plano Real. No início, o dinheiro obtido com as privatizações seria para melhorar o desempenho do Estado em suas funções básicas, como saúde e educação, mas que foi utilizado para amenizar o déficit público.

A política de sobrevalorização da moeda e abertura comercial, que segundo o governo aumentaria a competitividade das empresas, incentivou as importações de tal maneira, que provocou déficits acumulados na Balança Comercial, além de causar problemas na indústria local, que não podia competir com os preços dos produtos importados. Para equilibrar o Balanço de Pagamentos, era preciso promover o superávit na Conta de Capital, para isso o governo adotou uma política de juros elevados, como forma de atrair os capitais estrangeiros, principalmente os de curto prazo (especulativos). Essa política prejudicou ainda mais a indústria nacional, fazendo com que muitas empresas fechassem as portas, agravando mais ainda o problema do desemprego, da concentração de renda.

Com a crise que o setor de Construção civil tem atravessado depois do Plano Real, foi verificada, nas empresas baianas, uma tendência à diversificação produtiva, para expandir suas atividades e seus negócios, a depender do segmento que estiver em alta no mercado. A redução de custos, tem sido uma constante entre as empresas, só que a alternativa para essa redução frequentemente tem sido a redução do número de trabalhadores, e não o uso de técnicas mais racionais e de controle de desperdícios, que é muito grande nessa atividade. O investimento em qualificação e treinamento além de melhorar a qualidade do serviço, reduziria o número de acidentes de trabalho, que na RMS tem ocorrido com frequência, inclusive com vítimas fatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, José S. G. Mudanças no padrão de ocupação da RMS. **Bahia: Análise & Dados**, Salvador, SEI, n.4, p.9-26, março/98
- ASSED, Jose Alexandre; CESAR. Paulo. **Construção Civil- Metodologia Construtiva**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- BACHA, Edmar L. Plano Real, uma segunda avaliação. In: **O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília: IPEA, 1997
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Mineração. **Diagnóstico competitivo da indústria da construção civil**. Salvador: Sinduscon-Ba; FIEB; IEL. 1998.
- BAHIAINDÚSTRIA, Salvador, n.84, dez.1999
- BOMFIM, José. País possui exército de mutilados. **Jornal A Tarde**, Salvador, 6 ago.2000
- CIMINO, Remo. **Planejar para construir**. São Paulo: Pini, 1999.
- COSTA, Maria L. 5 “S” no canteiro de obras. **Jornal do ITQC**, maio 2001. Disponível em: www.itqc.org.br. Acesso em: 20 jan.2000
- CREATIVO. **Jornal do Crea Bahia**. Salvador, Ano 5, n.44, maio 2000. Edição Especial

- CREATIVO. Jornal do Crea Bahia, Salvador, Ano 5, n.45, jun.2000
- CREATIVO. Jornal do Crea Bahia, Salvador, Ano 5, n.46, jul.2000
- CYSNE, R.P. A inflação e o Plano Real. In : VELLOSO, J. P. R. **Estabilidade e Crescimento: Os desafios do Real**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 48-63
- DESEMPREGO, Déficit fiscal e Reservas em alta, Juros para baixo. **Carta Mensal**. n.17, mar.1999
- LUCRÉCIA, Catarina. Pacote do SFH poderá frustrar construção civil. **Diário De Pernambuco**, p.1-1, jun.2000.
- MAIA, José P. F°. Construtoras trocam obras públicas pelo mercado imobiliário. **Gazeta da Bahia**, p.1, nov.2000
- PROBLEMAS e a necessidade de Crescimento Econômico. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.23, p.3-5, mar.1996
- FILGUEIRAS, Luís A. M. Os impactos do Plano Real sobre a Taxa de Desemprego. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.27, p.6-10, ago.1996
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000
- INDÚSTRIA da construção civil da bahia. análise das grandes empresas. Salvador: Sindicato da Indústria da Construção Civil de Salvador, 1983.
- MENDONÇA, Jair. Sinduscon nega denúncia. **Jornal A Tarde**, Salvador, 4 nov. 2000

MERCADANTE, A. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, A. **O Brasil pós-Real- A política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1997. p.131-167

NASSIF, Luís. O saneamento de Franco. **Jornal Folha de São Paulo**, 20 out. 2000

PLANO Real: uma avaliação preliminar. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. v.2, n.3, p 3-26, 1995.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, fev./ mar. 1999.

REVISTA CONSTRUÇÃO : Norte/Nordeste, n.277, jun.1996

REVISTA CONSTRUÇÃO : Norte/Nordeste, n.279, ago.1996

REVISTA CONSTRUÇÃO: Norte/Nordeste, n.281, out.1996

REVISTA CONSTRUÇÃO: Norte/Nordeste, n.306, nov.1998

REVISTA CONSTRUÇÃO: Norte/Nordeste, nov./dez.1998. Edição especial 50 anos.

RICÚPERO, R. Introdução: O programa de estabilização e a crise brasileira. In: VELLOSO, J. P. R. **Estabilidade e Crescimento: Os desafios do Real**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 10-18.

SAFATE,C. Resultados da Estabilização. **Gazeta Mercantil- Balanço Anual**, 1995-1996

SAYAD, J. A. Observações sobre o Plano Real .In: MERCADANTE, A., **O Brasil pós-Real- A política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1997. p.131-167

SCHWINDEN, Eurico. Desemprego: Real já fez 15 milhões de desempregados. **Nota Técnica**. Ano 3. n. 130. 19 mar.1999

SILVA, José Walter Silva e. **Segunda Pesquisa Conjuntural**. Salvador: Sinduscon-Ba, 1999.

SILVA, José Walter Silva e. **O CUB/BA no 2º ano do Real**. Salvador, 1996.

SIMONSEN, M. H. Avaliação do Plano Real. In : VELLOSO, J. P. R. **Estabilidade e Crescimento: Os desafios do Real**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 22-28.

SINGER, P. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: MERCADANTE, A. **O Brasil pós-Real- A política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1997. p.209-224.

TAVARES, M. da C. A economia política do Real .In: MERCADANTE, A. **O Brasil pós-Real- A política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1997. p.101-129